



Estimulantes incluem:
a: Estimulantes não especificados
Adrafinil, amifenazola, anfepramona, anfetamina, anfetamini-
nil, benzfetamina, benzilpiperazina, bromantano, carfedom, cloben-
zorex, cocaína, cropropamida, crotetamida, dimetilanfetamina, etilan-
fetamina, famprofazona, femproporex, fencamina, fendimetrazina, fe-
netilina, fenfluramina, 4-fenil-piracetam (carfedom), fenmetrazina,
fentermina, furfenorex, mefenorex, mefentermina, mesocarbo, metan-
fetamina (D), p-metilanfetamina, metilenodioxianfetamina, metileno-
dioximetanfetamina, modafinil, norfenfluramina, prolintano, e outras
substâncias com estrutura química similar ou efeito(s) biológico(s)
similar(es).
b: Estimulantes especificados:
adrenalina**, catina***, efedrina****, estricnina, etamivan,
etilefrina, fenbutrazato, fencanfamina, fenprometamina, heptaminol,
isometepteno, levometanfetamina, meclofenoxato, metilefedrina****,
metilfenidato, niquetamida, norfenefrina, octopamina, oxilofrina, pa-
rahidroxianfetamina, pemolina, pentetrazola, propilexedrina, selegi-
lina, sibutramina, tuaminoheptano e outras substâncias com estrutura
química similar ou efeito(s) biológico(s) similar(es).
*As seguintes substâncias, incluídas no programa de mo-
nitoramento de 2009 (bupopriona, cafeína, fenilefrina, fenilpropano-
lamina, pipradol, pseudoefedrina, sinefrina) não são consideradas
Substâncias Proibidas.
** Adrenalina, associada com agentes anestésicos locais ou
por administração local (e.g. nasal, oftalmológica) não é proibida.
*** Catina é proibida quando sua concentração na urina for
maior do que 5 microgramas por mililitro.
**** Tanto a efedrina como a metilefedrina são proibidas
quando sua concentração na urina for maior do que 10 microgramas
por mililitro.
S7. Narcóticos
Os seguintes narcóticos são proibidos:
Buprenorfina, dextromoramida, diamorfina (heroína), fenta-
nil e seus derivados, hidromorfona, metadona, morfina, oxiconona,
oximorfona, pentazocina e petidina.
S8. Canabinóides
Canabinóides (Exemplos: haxixe e maconha) são proibidos.
S9. Glicocorticosteróides
Todos os glicocorticosteróides são proibidos quando admi-
nistrados por via oral, retal, intramuscular ou endovenosa.
De acordo com a Norma Internacional para Isenção de Uso
Terapêutico (IUT), uma declaração de uso deve ser preenchida pelo
Atleta para glicocorticosteróides administrados por via. intraarticular,
periarticular, peritendinosa, epidural, intradérmica e inalatória, exceto
como disposto abaixo.
Preparações tópicas, quando usadas para moléstia auricular,
bucal, dermatológica (inclusive iontoforese e fonoforese), gengival,
nasal, oftálmica e perianal, não são proibidas e não requerem uma
Isenção de Uso Terapêutico ou declaração de uso.
Substâncias proibidas em um esporte específico
P1. Álcool
Álcool (etanol) é proibido somente Em Competição, nos
esportes abaixo relacionados. A detecção será feita por análise res-
piratória e/ou pelo sangue. O limite permitido (em valores hema-
tológicos) é de 0,10 g / L..
Aeronáutica (FAI) Karatê (WKF)
Arco e flecha (FITA, IPC) Lancha de potência (UIM)
Automobilismo (FIA) Motociclismo (FIM)
Boliche (IPC) Pentatlo Moderno (em tiro) (UIPM)
Boliche de nove e dez pinos (FIQ)
P2. Beta-bloqueadores
A menos que seja especificado, beta-bloqueadores são proi-
bidos somente Em Competição, nos seguintes esportes:
Aeronáutica FAI
Arco e flecha FITA, IPC (proibido também Fora De Com-
petição)
Automobilismo FIA
Bilhar e Sinuca WCSB
Bobsleigh FIBT
Boliche CSMB, IPC
Boliche de 9 e 10 pinos FIQ
Bridge FMB
Curling WCF
Esqui/Snowboarding FIS (salto com esqui e estilo livre em
snow board)
Ginástica FIG
Golfe IGF
Lancha de potência UIM
Luta FILA
Motociclismo FIM
Pentatlo Moderno (em tiro) UIPM
Tiro ISSF, IPC (proibido também Fora De Competição)
Vela ISAF (somente para os timoneiros em match race)
Beta-bloqueadores incluem, mas não se limitam, aos seguin-
tes compostos:
Acebutolol, alprenolol, atenolol, betaxolol, bisoprolol, bu-
nolol, carteolol, carvedilol, celiprolol, esmolol, labetalol, levobunolol,
metipranolol, metoprolol, nadolol, oxprenolol, pindolol, propranolol,
sotalol, timolol.

PORTARIA Nº 241, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008

Estabelece critérios técnicos para concessão
e renovação da Bolsa-Atleta, e dá outras
providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das
atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do
art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº
10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro
de 2005 e na Portaria nº 2, de 18 de janeiro de 2006, e
CONSIDERANDO os preceitos e diretrizes da Política Se-
torial de Esporte de Alto Rendimento, resolve:
Art. 1º Estabelecer critérios técnicos para concessão e re-
novação da Bolsa-Atleta.
Art. 2º No processo de seleção para concessão da Bolsa-
Atleta será observada a seguinte ordem:
I - atletas beneficiados com a Bolsa-Atleta no ano anterior,
desde que continuem a apresentar resultados dentro dos critérios es-
tabelecidos na legislação vigente;
II - atletas das categorias Atleta Olímpico e Atleta Parao-
límpico, desde que tenham participado dos últimos jogos olímpicos
ou jogos paraolímpicos.
Art. 3º Após a seleção realizada na forma do art. 2º, pro-
ceder-se-á à concessão da Bolsa-Atleta, levando-se em conta a dis-
ponibilidade de recursos orçamentários, conforme os critérios es-
tabelecidos nesta Portaria e a proporcionalidade qualificada na seguinte
ordem:
a) 59% (cinquenta e nove por cento) para a Categoria Atleta
Internacional;
b) 37% (trinta e sete por cento) para a Categoria Atleta
Nacional;
c) 4% (quatro por cento) para a Categoria Atleta Estudan-
til.
Parágrafo único. Havendo sobras de recursos em quaisquer
das categorias, será feita nova distribuição, obedecendo-se à mesma
ordem.
Art. 4º Para fins de concessão da Bolsa-Atleta, as categorias
serão subdivididas em:
I - Atleta Internacional:
a) atletas inscritos na categoria principal, a partir de 14 anos
(art. 3º, I, da Lei 10.891 de 09 de julho de 2004), com participação no
principal evento internacional do ano anterior, referendado pela con-
federação da respectiva modalidade de esporte;
b) atletas inscritos na categoria intermediária (faixa etária de
17 a 24 anos), com participação no principal evento internacional do
ano anterior, referendado pela confederação da respectiva modalidade
de esporte;
c) atletas inscritos na categoria iniciante (14 e 16 anos), com
participação no principal evento internacional do ano anterior, re-
ferendado pela confederação da respectiva modalidade de esporte.
II - Atleta Nacional:
a) atletas inscritos na categoria principal, a partir de 14 anos,
com participação no principal evento nacional do ano anterior, re-
ferendado pela confederação da respectiva modalidade de esporte;
b) atletas inscritos na categoria intermediária (faixa etária de
17 a 24 anos), com participação no principal evento nacional do ano
anterior, referendado pela confederação da respectiva modalidade de
esporte;
c) atletas inscritos na categoria iniciante (14 e 16 anos), com
participação no principal evento nacional do ano anterior, referendado
pela confederação da respectiva modalidade de esporte.
III - Atleta Estudantil, desde que tenham participado dos
jogos escolares (JEBS) ou dos jogos universitários (JUBS) do ano
anterior, campeonato paraescolar brasileiro ou campeonato parauni-
versitário brasileiro do ano anterior.
Parágrafo único. Em face dos critérios previstos neste artigo,
não serão acolhidas e analisadas as inscrições efetivadas na categoria
master.
Art. 5º Em caso de empate na classificação, terão prefe-
rência, na seguinte ordem, os atletas:
I - participantes dos esportes individuais olímpicos ou pa-
raolímpicos;
II - participantes dos esportes coletivos olímpicos ou pa-
raolímpicos;
III - participantes dos esportes individuais não-olímpicos e
não-paraolímpicos;
IV - participantes dos esportes coletivos não-olímpicos e
não-paraolímpicos;
V - melhores colocados no ranking internacional de cada
modalidade;
VI - melhores colocados no ranking nacional de cada mo-
dalidade;
VII - melhores colocados na competição que os habilitou ao
pleito.
Art. 6º Para fins do disposto no art. 2º do Decreto nº 5.342,
de 14 de janeiro de 2005, o evento máximo da temporada, para as
categorias Atleta Nacional e Atleta Internacional, em todas as sub-
categorias e em cada modalidade, na forma do art. 4º desta Portaria,
será fixado anualmente pela respectiva entidade nacional de admi-
nistração do desporto no Calendário Esportivo Nacional.
Parágrafo único. Os atletas cuja entidade nacional não in-
formar os eventos máximos da temporada nacional e internacional até
o mês de maio de cada ano ficarão impedidos de solicitar inscrição na
Bolsa-Atleta.
Art. 7º Os atletas que receberam a Bolsa-Atleta no ano de
2008 e conquistaram medalhas nos jogos olímpicos e paraolímpicos
serão indicados automaticamente para a renovação dos respectivos
benefícios.

Parágrafo único. A indicação automática para a renovação da
Bolsa-Atleta não desobriga o atleta ou seu procurador legal de obe-
decer a todos os procedimentos, inclusive de inscrição, e prazos
estabelecidos pelo Ministério do Esporte, bem como da apresentação
da respectiva prestação de contas.
Art. 8º Para fins de renovação da Bolsa-Atleta, o atleta
deverá comprovar, por meio dos documentos relacionados no art. 3º
do Decreto nº 5.342/2005, que não ocorreram quaisquer fatos im-
peditivos, modificativos ou extintivos de seu direito ao recebimento
do benefício.
Parágrafo único. A renovação da Bolsa-Atleta não desobriga
o atleta de realizar todos os procedimentos estabelecidos pelo Mi-
nistério do Esporte, inclusive de inscrição, e manter as mesmas con-
dições que ensejaram a concessão do benefício, em particular os
dados cadastrais devidamente atualizados.
Art. 9º O atleta bolsista deverá apresentar ao Ministério do
Esporte prestação de contas até trinta dias após o recebimento da
última parcela, inclusive para os casos de renovação da Bolsa-Atle-
ta.
§ 1º Caso a prestação de contas não seja apresentada no
prazo estabelecido ou, apresentada, não seja aprovada, o benefício
não será renovado até que seja regularizada a pendência.
§ 2º A assinatura do Termo de adesão depende da aprovação
da prestação de contas.
Art. 10. Caso seja identificada qualquer irregularidade na
documentação apresentada ou no atendimento aos critérios para a
concessão ou renovação da Bolsa-Atleta, o benefício será cancelado,
assegurado o contraditório e a ampla defesa, obrigando-se o atleta
beneficiado ou seu representante legal a ressarcir a administração
pública dos valores recebidos, devidamente atualizados, no prazo de
sessenta dias, a partir da data da notificação do dever.
Art. 11. O beneficiário da Bolsa-Atleta deverá comprovar
que se encontra em plena atividade esportiva, federado, treinando,
competindo e residindo no Brasil.
Art. 12. Renovações sucessivas da Bolsa-Atleta são permi-
tidas, desde que atendidos os critérios fixados nesta Portaria.
Art. 13. O Ministério do Esporte iniciará os pagamentos
mensais relativos à Bolsa-Atleta em até sessenta dias após a as-
sinatura do Termo de adesão, inclusive para os casos de renovação.
Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.
Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, especial-
mente a Portaria nº 33, de 29 de fevereiro de 2008.
ORLANDO SILVA
SECRETARIA EXECUTIVA
DELIBERAÇÃO Nº 78, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008
A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO
DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de
2006, designada pela Portaria nº 50, de 19 de março de 2008, com
base no disposto no parágrafo 2º, do artigo 28, do Decreto nº
6.180/2007, em reuniões realizadas em 2/12/2008 e 24/12/2008, re-
solve:
Art. 1º Aprovar o início de execução dos projetos com cap-
tação parcial, conforme Anexo I;
Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto
esportivo, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica
autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios.
Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua
publicação.
ALCINO REIS ROCHA
Presidente da Comissão
ANEXO I
1. Processo: 58000.002381/2008-15
Proponente: Confederação Brasileira de Golfe
Título: Reestruturação do Golfe Brasileiro Fase I
Aprovado início da execução do projeto, com captação par-
cial no valor de R\$ 2.000.000,00
ANEXO II
Processo: 58000.004082/2007-26
Proponente: Confederação Brasileira do Desporto Univer-
sitário CBDU
Título: Liga do Desporto Universitário
Prazo prorrogado para captação: até 30/12/2009
Valor: R\$ 20.294.570,10
Processo: 58000.004006/2007-11
Proponente: Confederação Brasileira de Esportes Radicais
Título: Circuito Brasileiro de FMX
Prazo prorrogado para captação: até 30/11/2009
Valor: R\$ 1.854.910,00
Processo: 58000.003974/2007-18
Proponente: Confederação Brasileira de Esportes Radicais
Título: Campeonato Brasileiro de Aeróbica
Prazo prorrogado para captação: até 30/08/2009
Valor: R\$ 369.270,00